

BRASIL
TURISMO RESPONSÁVEL 



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Celso Sabino de Oliveira
Ministro de Estado do Turismo

Milton Sergio Silveira Zuanazzi
Secretário Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e Competitividade no Turismo

Renata Sanches
Diretora do Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo

Carolina Fávero de Souza
Coordenadora-Geral de Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo

Laís Campelo Corrêa Torres
Coordenadora de Turismo Responsável

COORDENAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA – MTUR

Carolina Fávero de Souza
Laís Campelo Corrêa Torres
Regina Motta

COORDENAÇÃO DO PROJETO "BRASIL, ESSA É A NOSSA PRAIA" – UFRN

Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto
Ricardo Lanzarini

REVISÃO CIENTÍFICA – UFRN

Ricardo Lanzarini
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

PESQUISADORES – UFRN

Carolina Todesco
Guilherme Bridi

COLABORADORES – UFRN

Jakson Braz de Oliveira
Jessyca Rodrigues Henrique da Silva

ILUSTRAÇÕES

José Marinho Neto

PROJETO GRÁFICO

Caule de Papiro



Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Maria das Graças Soares Rodrigues (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria das Graças Soares Rodrigues (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Alexandro Teixeira Gomes

Elaine Cristina Gavioli

Everton Rodrigues Barbosa

Fabício Germano Alves

Francisco Wildson Confessor

Gilberto Corso

Gleydson Pinheiro Albano

Gustavo Zampier dos Santos Lima

Izabel Souza do Nascimento

Josenildo Soares Bezerra

Ligia Rejane Siqueira Garcia

Lucélio Dantas de Aquino

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Dias Pereira

Martin Pablo Cammarota

Nereida Soares Martins

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Tatyana Mabel Nobre Barbosa

Tercia Maria Souza de Moura Marques



Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Moraes

Coord. de Produção de Materiais Didáticos

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenador Editorial

Maurício Oliveira Jr

Gestão do Fluxo de Revisão

Fabíola Barreto Gonçalves

Gestão do Fluxo de Editoração

Maurício Oliveira Jr

POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Subsídios e Orientações Técnicas





Fundada em 1962, a Editora da UFRN permanece dedicada à sua principal missão: produzir impacto social, cultural e científico por meio de livros. Assim, busca contribuir permanentemente para uma sociedade mais digna, igualitária e inclusiva.

Publicação digital financiada com recursos do Fundo Editorial da UFRN. A seleção da obra foi realizada pelo Conselho Editorial da EDUFRN, com base em avaliação cega por pares, a partir dos critérios definidos no Edital nº 01/2023/PPG/EDUFRN/SEDIS, para linha editorial Publicação Técnico-científica.

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Turismo de Base Comunitária : construção de indicadores para o alcance da agenda 2030 no Brasil [recurso digital] / coordenado por Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini. – Natal : SEDIS-UFRN ; Brasília : Ministério do Turismo, 2023.

ISBN 978-65-5569-390-4

Projeto Brasil, essa é nossa Praia!

1. Turismo. 2. Turismo – Base Comunitária. 3. Agenda 2030. I Barreto, Leilianne Michelle Trindade da Silva. II. Lanzarini, Ricardo.

CDU 338.48
T938

Elaborado por Edineide da Silva Marques – CRB-15/488

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contao@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221



Sumário

Lista de Quadros e Figuras	9
<i>Apresentação do Projeto “Brasil, essa é a nossa praia!”</i>	11
1 INTRODUÇÃO	13
2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030	15
2.1 Aspectos gerais do TBC no Brasil	15
2.2. Premissas básicas do TBC	18
2.3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030	20
2.3.1. Caracterização dos ODS	22
3 PROPOSTA DE INDICADORES DE TBC QUE CONTRIBUAM PARA O ALCANCE DOS ODS – AGENDA 2030	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33




Lista de Quadros e Figuras

Quadro 1 – Conceitos de TBC vinculados a produções brasileiras.....	16
Figura 1 – Princípios do TBC.....	19
Figura 2 – ilustração dos 17 ODS – Agenda 2030.....	21
Quadro 2 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	22
Quadro 3 - Menções diretas ao turismo na proposta de adequação aos ODS	25
Figura 3 – Fontes de consulta consideradas na articulação analítica para a formulação de indicadores de TBC para o alcance dos ODS.....	28
Quadro 4 – Síntese dos indicadores de TBC.....	28



Apresentação do Projeto “Brasil, essa é a nossa praia!”

turismo é um fenômeno em expansão, com grande potencial de desenvolvimento no território brasileiro. Para proporcionar resultados positivos para as regiões e localidades turísticas, torna-se primordial a promoção de um modelo de gestão capaz de orquestrar os diversos interesses e necessidades na busca por soluções cooperadas que suportem o fortalecimento do Turismo Responsável, visando à melhoria da segurança turística e qualidade de vida das comunidades receptoras e comprometendo-se com o desenvolvimento social e humano das localidades onde o turismo acontece.

Nessa conjuntura, o Ministério do Turismo instituiu como uma de suas linhas de ação prioritárias o incentivo ao Turismo Responsável, que pode ser entendido como uma forma de alcançar o equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental, social e econômica, prezando pelo respeito ao meio ambiente, à justiça social e à valorização da cultura e da economia local do destino, inserindo a comunidade como protagonista do desenvolvimento turístico do seu território.


O Projeto **Brasil, essa é a nossa praia!** surge alinhado com essa proposta, visando atuar de forma sinérgica e complementar às ações do Governo Federal para o desenvolvimento e à gestão turística responsável do território nacional, incluindo ações diretas em localidades banhadas por orlas federais e a produção de materiais orientadores, com o intuito de sensibilizar gestores públicos e privados, comunidade local e visitantes para a adoção de práticas de Turismo Responsável, com foco em três grandes dimensões: Sustentabilidade, Turismo de Base Comunitária e Segurança Turística.

O Projeto é fruto de uma parceria entre o Ministério do Turismo e o Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), compreendendo um conjunto de mais de vinte ações de abrangência nacional. Entre os principais

produtos, é possível citar: o desenvolvimento de estudos e proposição de estratégias de fomento ao Turismo Responsável; o mapeamento de boas práticas de Turismo Responsável; a produção de materiais orientadores, como manuais, guias ilustrados, ebook e vídeos explicativos; a disponibilização de curso de extensão EaD sobre Turismo Responsável; e o desenvolvimento de Planos de Gestão Integrada da Orla (PGIs) em dez destinos turísticos nacionais.

Assim, o **Projeto Brasil, essa é a nossa praia!** vem trazer uma contribuição direta para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, mitigando os impactos negativos da atividade turística, tanto nos destinos contemplados pelo Projeto quanto por meio de modelos de gestão turística a serem adotados no país, ampliando as orientações de desenvolvimento responsável do turismo em nível nacional.

1 INTRODUÇÃO

 presente documento busca apresentar, a partir de um percurso lógico, 32 indicadores vinculados ao Turismo de Base Comunitária que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Esses indicadores estão correlacionados com os subsídios para a política nacional do TBC, desenvolvidos pelo Ministério do Turismo (MTur).

As preocupações com o desenvolvimento sustentável ganharam mais força no cenário global, especialmente a partir do início do século XXI, uma vez que esse período revelou os evidentes impactos nocivos em âmbitos ambiental, social e econômico, frutos de políticas de expansão desordenadas, que, em muitos casos, não apresentavam em seus programas direcionamentos para ações concretas que objetivassem minimizar os efeitos causados por sua execução.

Nesse sentido, a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), serviu como um marco referencial na inserção da sustentabilidade como pauta prioritária das nações de todas as partes do mundo, visando a promover ações voltadas para o bem-estar e à segurança das gerações futuras.

Em sequência aos ODM, em 2015, a ONU propôs uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O conjunto dos ODS tem como pautas essenciais assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas e agir contra as mudanças climáticas, sendo os ODS parte de um esforço integrado entre países, empresas, instituições e sociedade civil (ONU, [2022]).

Em consonância com o proposto pela ONU, o governo brasileiro passou a incorporar os ODS como parte de suas políticas e ações de base. Nesse sentido, em 2018, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi designado para coordenar o processo governamental de adaptação das metas estabelecidas pelos ODS e a sua subsequente adequação e aplicação à realidade do país (SILVA, 2018).

Essa preocupação do governo brasileiro em se alinhar aos preceitos da ONU em relação ao alcance e cumprimento da Agenda 2030 pode ser observada por meio de ações voltadas para setores da saúde e educação, por exemplo, além da criação de programas voltados para o desenvolvimento e à inclusão social.

No contexto do turismo, constata-se a incorporação dos ODS como parte integrante na elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, destaca-se a atuação do Ministério do Turismo (MTur), por meio da construção do Plano Nacional de Turismo (PNT 2018-2022). No referido documento, é possível identificar a inclusão dos ODS 08, 12 e 14 na estratégia 4.4.1.1, a qual diz respeito à promoção do desenvolvimento de políticas de Turismo Responsável nos níveis estadual, distrital, regional e municipal, visando ao avanço da Agenda 2030 (BRASIL, 2018).

Naturalmente, o Turismo de Base Comunitária (TBC) possui um papel essencial no tocante à inserção do turismo brasileiro com um vetor para a Agenda 2030, uma vez que emerge da necessidade em se buscar formas mais sustentáveis, integradas e participativas de se desenvolver o turismo em comunidades. Em complemento, para Bartholo et al. (2016), o TBC vem se consolidando como um modelo de turismo altamente responsável no Brasil, por suas concepções de base voltadas à autogestão comunitária, à valorização de recursos endógenos, ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social, à preservação ambiental e à distribuição de renda equitativa.

E é nesse sentido que ganha força outra iniciativa do MTur: a de criar subsídios para consolidar a Política Nacional de Turismo de Base Comunitária (PNTBC), que comporá políticas públicas direcionadas a orientar, estruturar, promover e fomentar o Turismo de Base Comunitária no território nacional.



2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030

2.1 ASPECTOS GERAIS DO TBC NO BRASIL

Apesar de não haver uma data exata para a gênese do TBC no Brasil, pode-se considerar que foi na década de 1990 em que se perceberam avanços significativos no tocante à institucionalização, organização e estruturação de ações voltadas para desenvolver o turismo sob o prisma comunitário. Irving (2009) destaca que foi nessa mesma época que se observou o crescimento de estudos, obras acadêmicas e redes informais de pesquisadores, cujo interesse era desenvolver, por meio de parcerias de cooperação, pesquisas científicas com enfoque principal no TBC.

Outro fator importante no processo de desenvolvimento do TBC brasileiro na década de 1990 foi o crescimento do número de organizações não governamentais (ONG's), deixando evidente a sua relação com movimentos sociais que possuíam como pautas centrais o desenvolvimento local e regional por meio da atividade turística (BURSZTYN, 2012).

Diferentemente do que se observa nos modelos de desenvolvimento clássico, o Turismo de Base Comunitária possui enfoque prioritário na escala local (ou regional), uma vez que enseja um modelo de gestão baseada na colaboração e cooperação entre os atores locais, além de defender a importância da autogestão comunitária em suas ações (GÓMEZ et al., 2015).

Em se tratando do campo das políticas públicas brasileiras, destaca-se o ano de 2008, quando foi lançado, pelo MTur, uma chamada pública (por meio de edital),

direcionada para prover linhas de financiamento específicas para projetos de Turismo de Base Comunitária. Nesse sentido, tal ação é considerada pioneira em termos de atuação do poder público federal no tocante à institucionalização de políticas de fomento ao TBC. A quantidade de propostas inscritas foi mais que o triplo do inicialmente esperado, revelando um cenário de franca expansão de iniciativas voltadas para essa área no país.

Apesar de não haver consenso na adoção de um conceito oficial de TBC, percebe-se que muitos conceitos atualmente abordados se correlacionam em diversos pontos. Dessa forma, elaborou-se, no Quadro 1, uma síntese de importantes conceitos de TBC originados de produções acadêmicas brasileiras, conforme segue:

Quadro 1 – Conceitos de TBC vinculados a produções brasileiras

Autor(es) e ano	Conceito de TBC proposto
Lima, Irving e Oliveira (2022, p. 4)	O TBC representaria, em tese, uma via para a conexão entre os moradores de uma dada localidade turística com a sua própria origem, representando, ainda, uma alternativa local para o enfrentamento da dinâmica da globalização e seus efeitos em muitas áreas com essa vocação.
Emmendoerfer, Moraes e Fraga (2016, p. 7)	TBC é uma forma de turismo essencialmente ligada à sustentabilidade sociocultural local e à preservação da natureza, voltada para as necessidades das comunidades, na sua maioria em ambientes rurais, e aos anseios do turista, em que o desenvolvimento econômico e a sua convivência nas comunidades locais sejam os resultados alcançados.
Burgos e Mertens (2015, p. 84)	A proposta do TBC está ancorada na prevalência dos padrões relacionais interpessoais. Assim, as relações estão implícitas na acolhida e hospitalidade dada aos visitantes por meio de vínculos “humanizados” e da criação de espaços compartilhados, propícios para práticas de sociabilidade e interação entre visitantes e visitados. Além disso, processos colaborativos entre os membros da comunidade, enquanto principais partes interessadas no TBC, são necessários para oferecer os serviços dirigidos aos turistas, bem como para assegurar o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, preservar os recursos turísticos e minimizar os impactos negativos da atividade

Autor(es) e ano	Conceito de TBC proposto
Graciano e Holanda (2020, p. 161)	O Turismo de Base Comunitária é uma proposta para o planejamento e o desenvolvimento das localidades através da atividade turística, fundamentada nos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, promovendo a emancipação social das comunidades por meio do protagonismo da população na autogestão de seus bens, serviços e capital social, para, assim, atingir a melhoria da qualidade de vida de seus moradores e a conservação de seu patrimônio ambiental, histórico e cultural.
Nardelli, Vianna e Nitsche (2016, p. 115)	É uma modalidade que se desenvolve no interior de espaços comunais, cujas comunidades se unem em co-operação, gerindo todos os procedimentos necessários para a consecução do fenômeno turístico.

Fonte: elaboração própria (2023)

Outro ponto passível de destaque no TBC brasileiro é a presença das redes, originadas do início da década de 2000, cujo propósito principal é desenvolver ações integradas e articuladas entre iniciativas de TBC em diferentes escalas territoriais. Até meados de 2022, foram identificadas nove redes de TBC com atuação no Brasil, sendo elas: Rede Turisol; Rede Tucum; Rede Batuc; FCT/ Rede Nhandereko; REDETUR; Rede Caiçara; TBC- Rede; TRC e Rede de Turismo de Base Comunitária da Paraíba.

Além da efetiva atuação das redes de TBC no país, é essencial destacar a vasta diversidade sociocultural presente em solo brasileiro. Nesse sentido, ressalta-se a presença marcante de povos e comunidades tradicionais, tendo como exemplos: povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro e de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; caiçaras; ribeirinhos, caboclos, pantaneiros; entre outros.

Dessa forma, se pode constatar a existência de ações e projetos de Turismo de Base Comunitária no Brasil em todas as regiões do país. Boa parte dessas iniciativas de TBC estão vinculadas a povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, proprietários rurais da agricultura familiar, comunidades periféricas e grupos sociais vulneráveis.

Com base nas concepções acima detalhadas e nas propostas conceituais apresentadas, pode-se considerar que o Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão do turismo que busca, prioritariamente, o protagonismo e a participação ativa das comunidades anfitriãs nos processos decisórios relacionados ao turismo.

Nessa proposta há igualmente a necessidade de gerar benefícios para a comunidade (bem-estar, renda e inclusão social), promover ações de solidariedade e

cooperação, valorizar elementos da cultura local (saberes e fazeres, por exemplo), proteger a natureza e favorecer trocas de vivências e experiências interculturais entre visitantes e comunidades.

Nesse sentido, no cenário brasileiro, fica evidenciado o papel dos mais diversos atores para a formulação dos princípios básicos do TBC que nortearão a construção de uma política nacional voltada ao desenvolvimento pleno de ações para a área, tal como propõe o Ministério do Turismo (MTur).

2.2. PREMISSAS BÁSICAS DO TBC

Conforme os marcos conceituais, políticos e o desenvolvimento de ações observados no Brasil e apresentados no item 2.1, é possível constatar que o desenvolvimento, a implementação e o acompanhamento de ações de TBC possuem as seguintes premissas:

- a. Protagonismo local, empoderamento, base endógena, criação de capital social e cooperação entre os atores.
- b. Autogestão, corresponsabilidade e transparência de informações.
- c. Geração e distribuição de benefícios econômicos para as populações locais de forma equitativa.
- d. Valorização da cultura local.
- e. Geração de impactos em escala limitada.
- f. Compromisso com a proteção da natureza.
- g. Interculturalidade e oportunidade de encontro entre visitantes e visitados e valorização de experiências.

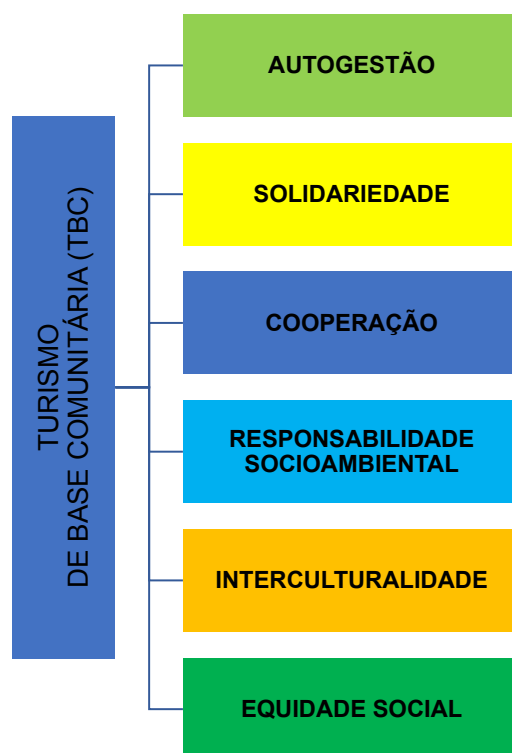
Objetivando propor uma síntese um pouco mais ampla dessas premissas, é possível definir princípios básicos que compõem o TBC, sendo eles: autogestão, equidade social, solidariedade, cooperação, responsabilidade socioambiental e interculturalidade. Tais princípios foram formulados no documento 3.3 (Subsídios para uma Política Nacional de TBC).

- ♦ Autogestão: trata do exercício coletivo do poder, com corresponsabilidade e transparência de informações. Esse princípio coloca a comunidade no papel central do processo de planejamento e gestão das ações de turismo dos locais em questão.
- ♦ Equidade social: refere-se ao compromisso e à busca por uma sociedade justa, inclusiva, segura e democrática. Possui enfoque em geração e distribuição equitativa de benefícios, recursos e oportunidades advindos do turismo para as comunidades pertencentes à iniciativa de TBC.

- ♦ **Solidariedade:** diz respeito à existência de relações de confiança como forma de incentivo à coesão social. Nessa perspectiva, os interesses coletivos/comunitários se sobrepõem aos individuais/particulares.
- ♦ **Cooperação:** ações de cooperação e colaboração entre os atores das iniciativas de TBC, visando ao fortalecimento do senso de coletividade, do associativismo, bem como do empoderamento e aumento do capital social.
- ♦ **Responsabilidade socioambiental:** diz respeito a uma gestão responsável e sustentável dos recursos sociais, ambientais e econômicos, e à conscientização da importância da preservação e conservação da natureza.
- ♦ **Interculturalidade:** parte de uma valorização da cultura local. Trata de oportunizar um cenário propício para o estreitamento de laços e/ou relações entre turistas e comunidades, com base na convivência democrática, no respeito e na troca de experiências e vivências.

A Figura 1 ilustra os princípios norteadores do TBC acima retratados.

Figura 1 – Princípios do TBC



Fonte: elaboração própria (2023)

2.3. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) – AGENDA 2030

Lançados oficialmente em setembro de 2015, durante a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são diretrizes que, atualmente, pautam a agenda de desenvolvimento dos 193 Estados membros da ONU, incluindo o Brasil. São também conhecidos como Agenda 2030.

Ao todo, são 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, subdivididos em 169 metas, voltadas para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Em complemento, os ODS possuem enfoque na valorização dos direitos humanos, na igualdade de gênero e no empoderamento feminino (BELLUZZO, 2018).

O desenvolvimento da Agenda 2030 possui como objetivo principal promover o desenvolvimento sustentável no mundo (nas dimensões econômica, social e ambiental) a partir de um esforço integrado entre governos e cidadãos (TEIXEIRA; VIEIRA; MAYR, 2020). Nesse cenário, o setor privado possui um papel essencial, visto que detém boa parte dos recursos financeiros/econômicos e está na vanguarda de realizações tecnológicas e da promoção de ações inovadoras (ONU, [2022]).

A Agenda 2030 destaca, dentre os principais compromissos, aquele que se apoia no pressuposto de que todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade. Entretanto, ressalta também que o desenvolvimento sustentável não pode ser realizado sem paz e segurança; e paz e segurança estarão em risco sem o desenvolvimento sustentável (BELLUZZO, 2018, p. 20).

A compreensão de sustentabilidade dos ODS parte da convergência entre as dimensões econômica, social e ambiental. Constata-se também a divisão dos ODS em cinco categorias: pessoas, planeta, parcerias, paz e prosperidade, sendo essas popularmente conhecidas como cinco P's dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SILVEIRA; PEREIRA, 2018).

A Figura 2 apresenta as ilustrações oficiais da ONU acerca dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme segue:

Figura 2 – ilustração dos 17 ODS – Agenda 2030



Fonte: adaptado de ONU (2022)

Em se tratando da incorporação dos ODS pelo poder público brasileiro, percebe-se que boa parte dos líderes políticos em escala nacional, estadual e local aderiram seus programas visando ao alcance desses propósitos.

Em âmbito federal, a coordenação do processo de adaptação das metas dos ODS ficou ao encargo do IPEA, o qual apresentou, no ano de 2018, um relatório contendo as principais propostas para essa adequação. Tal documento é fruto de um trabalho integrado em duas etapas: a primeira delas envolveu envio de propostas e debates coletivos entre 75 órgãos governamentais, centenas de gestores e técnicos do governo federal. Já a segunda etapa foi submeter a proposta à consulta pública para análise e envio de sugestões por parte do público geral (SILVA, 2018).

Em síntese, de um total de 169 metas globais encaminhadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), 167 foram consideradas pertinentes ao país, ainda que muitas delas tenham requerido alterações no texto para se adequarem às especificidades nacionais. Nos quadros 1 e 2, é possível observar as características das metas que foram revisadas pelos grupos interministeriais e que serão submetidas à apreciação da CNODS. Neles observa-se, por exemplo, que 128 metas foram alteradas, tendo em vista a necessidade de adequá-las à realidade brasileira, ou de conferir mais clareza ao seu conteúdo original ou, ainda, de quantificá-las com maior precisão. Também se observa que foram criadas 8 novas metas, totalizando 175 metas nacionais, sendo que 99 delas foram classificadas como finalísticas e 76, como de implementação (SILVA, 2018, p. 20).

Mesmo que desafios estejam presentes para o alcance pleno desses objetivos, constata-se o pioneirismo do Brasil no tocante a desenvolver ações coletivas e coordenadas voltadas para a implementação dos ODS em seu território. Nesse processo, destaca-se o esforço conjunto de diversos atores no sentido de prover uma análise e

avaliação exaustiva na natureza desses ODS, para, posteriormente, propor os melhores caminhos para o seu alcance, levando em consideração as especificidades do contexto sociocultural, político, econômico e ambiental do nosso país.

2.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ODS

Quadro 2 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

	<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares</p>
	<p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável</p>
	<p>Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</p>
	<p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos</p>
	<p>Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p>

	<p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos</p>
	<p>Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos</p>
	<p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos</p>
	<p>Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação</p>
	<p>Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles</p>
	<p>Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p>
	<p>Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</p>

 <p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p>	Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
 <p>14 VIDA NA ÁGUA</p>	Objetivo 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
 <p>15 VIDA TERRESTRE</p>	Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
 <p>16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES</p>	Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
 <p>17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO</p>	Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: adaptado de ONU (2022)

Como é possível observar, não há menção direta ao turismo em nenhum dos 17 objetivos propostos. Contudo, quando o foco recai para as metas advindas dos objetivos, o turismo aparece correlacionado aos ODS 08, 12 e 14, conforme consta no Quadro 3.

Quadro 3 - Menções diretas ao turismo na proposta de adequação aos ODS

ODS	Meta adaptada ao Brasil	Indicadores globais (ONU)
-----	-------------------------	---------------------------

ODS 08. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.	Meta 8.9. Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável e responsável, acessível a todos; e que gere emprego e trabalho digno, melhore a distribuição de renda e promova a cultura e os produtos locais.	8.9.1. PIB direto do turismo como percentual do PIB total e na taxa de crescimento. 8.9.2. Percentual de postos de trabalho na indústria de turismo sustentável do total de postos de trabalho no setor de turismo.
ODS 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	Meta 12 B. Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo, acessível a todos, que gera emprego e trabalho digno, melhora a distribuição de renda e promove a cultura e os produtos locais.	12.b.1. Número de estratégias ou políticas de turismo sustentável e planos de ação implementados com instrumentos de monitoramento e avaliação acordados – (Tier III).
ODS 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	Meta 14. 7. Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para todos os países, em especial os pequenos estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir da gestão sustentável dos recursos marinhos, inclusive a pesca, aquicultura e turismo.	14.7.1. Pesca sustentável como percentual do PIB nos pequenos estados insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e em todos os países.

Fonte: adaptado de Silva (2018)



3 PROPOSTA DE INDICADORES DE TBC QUE CONTRIBUAM PARA O ALCANCE DOS ODS – AGENDA 2030

A construção dessa proposta de indicadores de “TBC” que poderão contribuir para o alcance dos “ODS” parte de uma articulação analítica dos seguintes materiais: principais conceitos de TBC atualmente presentes em publicações e pesquisas científicas; princípios e dimensões do TBC, desenvolvidos no contexto da elaboração de um documento propositivo para a Política Nacional de Turismo de Base Comunitária, no âmbito do Projeto “Brasil, essa é a nossa praia”; características das iniciativas de TBC que figuram no Mapa Brasileiro do Turismo Responsável (MTur); orientações para o TBC voltadas para gestão pública, prestadores de serviços turísticos e comunidades, constantes no Módulo de TBC do curso EAD sobre Turismo Responsável, ofertado pelo MTur/UFRN; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas metas (incluindo as adaptadas ao contexto brasileiro).

A Figura 3 ilustra as fontes de consulta consideradas para a formulação dos indicadores de TBC propostos neste documento.

Figura 3 – Fontes de consulta consideradas na articulação analítica para a formulação de indicadores de TBC para o alcance dos ODS



Fonte: elaboração própria (2023)

A partir da análise desses materiais, foi possível elencar um conjunto de 32 indicadores de TBC, capazes de contribuir para o alcance da Agenda 2030 no Brasil. A matriz completa está disponível no seguinte link: <https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2023/11/3.4-Indicadores.xlsx>

No Quadro 4, apresenta-se uma síntese de indicadores e os ODS com os quais se relacionam.

Quadro 4 – Síntese dos indicadores de TBC

INDICADORES	ODS
01: Número de associações, cooperativas, ONG´s e demais organizações comunitárias ativas envolvidas com o TBC	01, 08
02: Percentual de membros das comunidades que participam da gestão das iniciativas de TBC	01, 08, 10
03: Número de publicações referentes às iniciativas de TBC	01, 08, 10
04: Número de iniciativas de TBC presentes no Mapa Brasileiro do Turismo Responsável do MTur	01, 08, 10, 17
05: Número de municípios (por UF) e de estados (por região) com políticas de TBC vigentes	08, 10
06: Número de OOTs estaduais com unidades gestoras específicas para o TBC	01, 02, 12, 15
07: Número de fóruns estaduais de TBC ativos	01, 02, 12, 15

INDICADORES	ODS
08: Número de redes de TBC ativas e inativas	01, 09, 12, 17
09: Número de produções com orientações, técnicas e metodologias para mensuração dos impactos (econômicos, sociais, culturais e ambientais) do turismo nas comunidades anfitriãs	01, 08, 09, 10, 12, 14, 15
10: Número de programas e projetos direcionados ao TBC presentes no Plano Nacional de Turismo vigente	01, 08, 10, 17
11: Número de editais públicos federais, estaduais e municipais com linhas de financiamento para projetos e empreendimentos de TBC	01, 08, 09, 10, 17
12: Número de ações de promoção e apoio à comercialização, subdivididas em: número de ações de marketing com foco em TBC (regionais/nacionais/internacionais); quantitativo de participação em feiras e eventos (regionais/nacionais/internacionais)	01, 08, 09, 10
13: Número de programas, ações e atividades que promovem educação ambiental para as comunidades e demais atores	12, 13, 14, 15
14: Número de organizações e/ou empreendedores turísticos que possuem foco na produção associada (artesanal, industrial ou agropecuária), que integre atributos naturais e/ou culturais da localidade e/ou região	01, 02, 08, 09, 10, 12
15: Número de cursos de formação gratuitos oferecidos às comunidades de TBC para a qualificação na área de serviços e produtos turísticos	01, 04, 08
16: Número de estabelecimentos (públicos) de ensino (básico/municipal e médio/estadual) com inserção curricular do tema TBC	01, 04, 08
17: Índice de saneamento básico a saber: tratamento e distribuição de água potável; coleta e tratamento de esgoto; drenagem urbana das águas pluviais e coleta e destinação de resíduos sólidos	03, 06
18: Número de parcerias ativas com organizações do Sistema S (Sebrae, Sesc, Sesi, Senac, Senat, Senai, SESCOOP, Sest e Senar)	08, 12, 17
19: Número de programas de incentivo à economia criativa nos seguintes setores: moda, design, música, artesanato, gastronomia, tecnologia, empreendedorismo e inovação	01, 02, 03, 04, 08, 10, 17
20: Número de roteiros/atrativos/atividades/equipamentos e serviços turísticos comunitários	01, 08, 13, 14, 15
21: Número de destinos de TBC que dispõem de plano de visita e/ou código de conduta de visita elaborado pelas comunidades locais, contendo orientações para o comportamento responsável dos visitantes nas comunidades	12, 13, 14, 15
22: Percentual de recursos do Fungetur disponibilizados para o fomento de projetos, empreendimentos e iniciativas de TBC	01, 02, 09, 10, 12
23: Número de programas de incentivo à inclusão digital aos empreendimentos (privados e comunitários) envolvidos nas comunidades de TBC, bem como disponibilidade de pontos de acesso à internet (banda larga)	04, 09, 10, 12

INDICADORES	ODS
24: Número de ações e projetos realizados para promover educação e sustentabilidade ambiental (para residentes, gestores públicos e privados e visitantes) nos destinos de TBC	12, 13, 14, 15
25: Número de leitos ofertados em equipamentos de hospedagem de comunitários	01, 08, 09, 12
26: Volume anual (em R\$) de recursos advindos da cobrança de taxas de visitação para turistas, estabelecidos por lei ou decreto municipal vigente	01, 02, 03, 04, 08, 09, 10, 12
27: Percentual dos recursos advindos das receitas pela cobrança de taxas de visitação destinado à geração de benefícios para o desenvolvimento sustentável das comunidades anfitriãs	01, 02, 04, 04, 08, 09, 10, 12
28: Volume (em R\$) de recursos disponibilizados por meio de linhas de crédito específicas para atender a organizações envolvidas com o TBC	08, 09, 10, 12
29: Volume (em R\$) de isenções fiscais municipais e estaduais para empreendimentos do TBC	08, 09, 10, 12
30: % anual (em relação ao orçamento total) de investimentos realizados em projetos de TBC pelas superintendências de desenvolvimento regional	08, 09, 10, 12
31: Volume (em R\$) de recursos públicos disponibilizados por meio de editais para projetos de extensão com foco em TBC	08, 09, 10, 12
32: Percentual de postos de trabalho vinculados diretamente ao TBC ocupados por membros das comunidades anfitriãs, com recortes para gênero, raça e cor	01, 02, 03, 08

Fonte: elaboração própria (2023)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas de Turismo de Base Comunitária no Brasil, por suas características e seus princípios primários, possuem um papel marcante no que diz respeito à possibilidade de contribuir para o cumprimento dos objetivos propostos na Agenda 2030 da ONU.

Tal cenário reforça a importância em desenvolver estudos, programas, políticas e demais ações voltadas para o fomento das iniciativas do TBC com foco no desenvolvimento sustentável, integrado e participativo, promovendo equidade social e proteção do patrimônio natural e cultural de inúmeras comunidades autóctones presentes no país.

Nesse sentido, destaca-se novamente o pioneirismo do Ministério do Turismo no incentivo à proposição de subsídios que serão base para construção de uma Política Nacional de Turismo de Base Comunitária que esteja justamente alinhada ao alcance dos ODS e à geração de bem-estar, renda e inclusão social.

Espera-se que os 32 indicadores propostos neste documento sejam amplamente debatidos e consensuados em fóruns específicos que contemplem a participação de diversos atores envolvidos no processo de desenvolvimento de iniciativas de TBC, visando a dar mais um passo em direção a essa construção de uma política nacional para o setor, democrática, coletiva e sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; FRATUCCI, A. C.; ASSAD, L. T. Turismo de base comunitária em foco. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 6-8, 2016.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Folha de Rosto**, v. 4, n. 1, p. 15-24, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília/DF: Ministério do Turismo, 2018.

BURGOS, A.; MERTENS, F. A perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária: o caso da Prainha do Canto Verde. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 81-98, abr. 2015.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede**: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do Turismo de Base Comunitária na Amazônia. 2012. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

EMMENDOERFER, M. L.; MORAES, W. V.; FRAGA, B. O. Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. **El periplosus-tentable**, n. 31, 2016.

GÓMEZ, C. R. P.; FALCÃO, M. C.; CASTILHO, L. A. G.; CORREIA, S. N.; OLIVEIRA, V. M. Turismo de Base Comunitária como inovação social: congruência entre os constructos. **PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 5, p. 1213-1227, 2015.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, p. 161-179, 2020.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Letra e imagem, 2009. p. 108-121.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 16, 2022.

NARDELLI, M. Â.; VIANNA, T. E.; NITSCHKE, L. B. Integração comunitária: RedTusoco como um modelo de gestão participativa na organização do turismo local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, 2016.

OKADO, G. H. C.; QUINELLI, L. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas. **Revista Barú-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 2, p. 111-129, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Portal oficial**. [2022]. Disponível em: <https://brasil.un.org/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVA, E. R. A. **Agenda 2030: ODS-Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. [S.l.: s.n.], 2018.

SILVEIRA, V. O.; PEREIRA, T. M. L. Uma nova compreensão dos direitos humanos na contemporaneidade a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). **Revista Jurídica Cesumar**, v. 18, n. 3, p. 909-931, 2018.

TEIXEIRA, F. R.; VIEIRA, F. D.; MAYR, L. R. Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters. **Turismo: Visão e Ação**, v. 21, p. 02-21, 2020.



MINISTÉRIO DO
TURISMO

